



**IPC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA**
CNPJ: 00.444.435/0001-25

ATA Nº 01/2021

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DO PRÓ-GESTÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA (IPC), INSTITUÍDA PELAS PORTARIAS IPC/GP Nº 007 E 008/2019, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA MPS Nº 185/2015.

Aos vinte e oito dias de janeiro de 2021, às 8h30, reuniram-se os membros da Comissão do Pró-Gestão para a elaboração da ata. Fizeram-se presentes os membros Anderson Mattos, Celso Andreon e Daniel Nogueira Vargas. É importante frisar que a servidora Maria Lucas da Silva participou da Comissão do dia 1º até o dia 14 de janeiro e foi destituída no dia 15 do referido mês, conforme Portaria IPC/GP nº 05/2021, publicada no Diário Oficial do Município no dia 18 de janeiro deste ano. Quanto às reuniões, essas aconteceram nos dias 6, 13, 20 e 27.

As pautas foram: calendário de reuniões da Comissão; pendências relacionadas ao nível 3 da certificação; Política de Recenseamento; ideias para aperfeiçoamento do programa Educação Previdenciária; organização e aprimoramento do Controle Interno; e aspectos do nível 4 que começarão a ser desenvolvidos este ano.

Quanto ao calendário de reuniões da Comissão, os membros definiram que essas acontecerão às quartas-feiras, das 8h30 às 11h30, e que a última quarta-feira de cada mês será exclusiva para a elaboração de atas. Para uma maior eficiência do trabalho, foi decidido também que o dia da semana mencionado será de horas focadas no Pró-Gestão. O calendário já foi postado no site do IPC e pode ser acessado por meio do link <https://bit.ly/3jcSFLU>.

No que diz respeito às pendências relacionadas ao nível 3 da certificação, o primeiro ponto discutido foi o mandato da Diretoria Executiva. A sugestão foi que esse seja de 4 (quatro) anos com possibilidade de recondução e esteja vinculado ao Plano Plurianual (PPA) do Instituto. Essa alteração permitiria que os diretores estivessem presentes no primeiro ano da gestão subsequente, garantindo uma transição menos abrupta em trocas de governo e com continuidade do planejamento estratégico. Avançando no debate, a Comissão lembrou que a legislação do IPC não aborda sobre a paridade nos Conselhos Administrativo e Fiscal e que precisa de uma definição quanto ao percentual de

manutenção dos representantes ao fim dos mandatos, para o melhor andamento da gestão. Além disso, foi citado o estabelecimento de jeton para os conselheiros, o qual já está previsto em lei. Dando prosseguimento à reunião, a Comissão detectou que a autarquia possui Código de Ética (CE) e Política de Segurança da Informação (PSI), no entanto, não instituiu seus comitês. Foi abordada a necessidade de capacitações relativas ao CE e à PSI e sugerida a composição do Comitê de Segurança da Informação (CSI): Daniel Nogueira Vargas; Guilherme Gama Barbosa e Ronalda Adriana Barboza. No que tange juntamente aos servidores e conselheiros, foi pensada a elaboração de um plano de certificação, com cursos preparatórios sobre os conteúdos das provas e uma organização financeira para tornar a proposta uma realidade.

Já no tocante aos segurados, a Comissão discutiu sobre a criação da 'Política de Recenseamento' do Instituto, bem como a publicação de decretos anuais que definam critérios e prazos para a realização do Censo. Também foram debatidas alterações significativas no programa Educação Previdenciária. A partir de agora, o foco principal do Programa será os servidores da ativa, com temas que vão ao encontro de suas atividades e funções. Desse modo, pretende-se criar entre os servidores da Prefeitura o hábito da participação ativa no cotidiano da autarquia e conduzir suas atividades no caminho do aperfeiçoamento da gestão municipal. Para alcançar esse objetivo, o programa contaria com um plano de formação organizado em módulos, com emissão de certificados, calendário de disciplinas dialógicas, modelo híbrido (60% participantes presenciais e 40% à distância) e parcerias com instituições de ensino, para capacitar mais servidores. Nesse último ponto, a autarquia retomaria a ideia do auditório como local de *workshops* voltados aos beneficiários. No que diz respeito às solenidades internas, verificou-se que o IPC não possui tradição de homenagens ao 'Dia Nacional do Aposentado' e 'Dia Internacional do Idoso' e que esses eventos precisam ser acrescentados ao 'Cronograma de Ações de Educação Previdenciária'. Com essas mudanças implantadas, a Comissão acredita que seriam criadas as bases de uma Escola Municipal de Servidores, a qual serviria como instrumento de modernização da Administração.

Em relação à organização e ao aprimoramento do Controle Interno, os membros da Comissão Pró-Gestão irão levantar se há documentos não aprovados pela Secretaria Municipal de Controle e Transparência (Semcont) e criar fluxogramas relativos à comunicação do Instituto, abrangendo atendimentos via e-mail e redes sociais. Além de orientar seus colaboradores, o objetivo desses fluxogramas é fazer com que os segurados enxerguem a instituição e não seus servidores, tornando a informação como agente transformador e de independência.

Quanto aos aspectos do nível 4 que começarão a ser desenvolvidos este ano, a Comissão identificou a necessidade de se alterar a percepção a respeito do

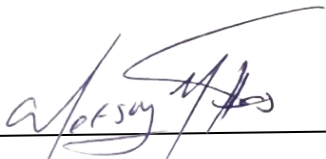
Programa de Qualidade de Vida e Promoção à Saúde dos Servidores. A ideia é dar início a um 'Sistema de Gestão de Saúde dos Servidores'. Para pensar esse sistema, o IPC realizaria reuniões com seu público de maior demanda, as secretarias de Saúde e Educação, e alinharia seu planejamento conforme as necessidades apontadas. Ainda no tocante a esse nível, foi discutida a vinculação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA) ao Planejamento Estratégico do Instituto e à sua revisão anual.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 11h20. Não havendo mais nada a tratar, eu, Celso Andreon, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.



Celso Andreon

Presidente da Comissão do Pró-Gestão



Anderson Mattos

Membro da Comissão do Pró-Gestão



Daniel Nogueira Vargas

Membro da Comissão do Pró-Gestão